Notícias do dia 03 de março

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Prefeitos demonstram interesse em consórcio

Karla Araújo

Os prefeitos das cidades goianas de Nova Aurora, Abadiânia, Jataí e Goianira já demonstraram oficialmente interesse em participar de consórcio público para aquisição de vacinas contra a Covid-19, organizado pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP). Até ontem, 460 municípios do País estavam na lista. Os prefeitos têm até sexta-feira (5) para informar à entidade se desejam participar do consórcio. Em seguida, será necessário aprovar lei nas câmaras municipais.

Segundo a FNP, o objetivo do consórcio é dar suporte para as prefeituras, no caso de o Plano Nacional de Imunização (PNI), coordenado pelo governo federal, não conseguir suprir toda a demanda. A organização do consórcio está no início. Ainda não há informações sobre como será realizada a compra da vacina ou a distribuição das doses. Definições como estas serão tomadas a partir da instalação, prevista para 22 de março.

Prefeito de Jataí, Humberto Machado (MDB) afirma que já separou R$ 3 milhões do cofre municipal para a compra de vacinas. Levantamento interno, diz o emedebista, aponta que o valor seria suficiente para comprar doses que imunizariam 50% da população da cidade, que tem cerca de 100 mil habitantes. "Sabemos que a possibilidade de os municípios conseguirem comprar a vacina é remota, mas precisamos nos agarrar a todas as oportunidades que existem. Estamos desesperados para achar uma solução."

De acordo com Humberto, o número de casos de coronavírus aumentou 17% em Jataí nos últimos 14 dias. Diante do porcentual e dos leitos de UTI lotados, o prefeitura tornou as regras contra a contaminação ainda mais duras, inclusive com restrições para a circulação da população pela cidade.

O prefeito de Abadiânia, José Aparecido Diniz (PP), afirma que participar do consórcio é um esforço para resolver o problema. "Toda tentativa é válida. Esse problema é de todo mundo. Nossa saída é a vacina.". Segundo Diniz, a situação na cidade, que tem pouco mais de 20 mil habitantes, é crítica, com 15 novos casos da doença registrados ontem. Medidas mais restritivas para o funcionamento de atividades devem ser discutidas ainda nesta semana com prefeitos de cidades próximas, como Anápolis e Terezópolis.

Em Nova Aurora, o prefeito Júnior Marreco (MDB) avalia que o consórcio é a chance que os municípios pequenos têm de comprar a vacina. A cidade tem 2,3 mil habitantes. "Estou muito preocupado. Aqui está controlado, mas existem muitos casos nas cidades vizinhas." Segundo o prefeito, há atualmente três pessoas com Covid-19 em Nova Aurora.

Capital

Já o prefeito de **Goiânia**, Rogério Cruz (Republicanos), deve voltar às negociações pela vacina em reunião nesta semana com representantes de um laboratório em Brasília. O nome da empresa não foi divulgado. O prefeito falou pela primeira vez sobre as tratativas na semana passada. A estimativa é adquirir entre 500 mil e 600 mil vacinas, que são, na avaliação da prefeitura, suficientes para imunizar pessoas com 60 anos ou mais. Os recursos usados serão do próprio município para atender os moradores da capital.

De acordo com o secretário de Governo, Andrey Azeredo, **Goiânia** está pronta para fazer a aquisição e busca fornecedor que demonstre segurança na capacidade de entrega.

TCE acompanha aquisição de vacinas pelo governo de **Goiás**

O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**) instituiu, na segunda-feira, um grupo de trabalho para acompanhar as medidas de combate à Covid-19 no Estado e, em especial, a compra de vacinas pelo governo. A criação do grupo foi oficializada pelo presidente da Casa, **conselheiro Edson Ferrari**, por meio da Portaria 108 de 2021.

De acordo com o tribunal, o objetivo é verificar as ações governamentais e orientar "quanto à observância de parâmetros legais extraordinários em face da declaração de pandemia, bem como verificando os atos referentes à execução de despesas públicas relacionadas às ações da Campanha Nacional de Imunização contra a Covid-19."

O tribunal quer checar se as despesas relacionadas à compra das vacinas estão respeitando os "aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e efetividade". A ideia é que o grupo atue enquanto durar a campanha de imunização no Estado.

A criação do grupo ocorreu no mesmo dia em que o deputado estadual Delegado Eduardo Prado (DC) anunciou a apresentação de um projeto de lei para que todos os imunizantes comprados com recursos estaduais sejam aplicados na população goiana. Isso, porque o governador Ronaldo Caiado (DEM) disse recentemente que **Goiás** só ficaria com 3,33% das vacinas compradas. Segundo ele, o restante será repassado para o Governo Federal repartir proporcionalmente entre os Estados.

A fala do democrata gerou controvérsia entre deputados estaduais, que tinham aprovado em regime de urgência um projeto de lei do Executivo para liberar R$ 60 milhões em créditos para compra de vacinas pela Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO). Eduardo Prado chegou a apresentar representação na Procuradoria-Geral de Justiça de **Goiás** para que os imunizantes comprados com esse recurso não sejam enviados para a União. O argumento dele é de que no projeto há a especificação de que o dinheiro aprovado para a compra tem fonte no tesouro estadual.

A SES, porém, em nota, informou que os imunizantes serão comprados com recursos federais. Para o especialista em direito administrativo, Juscimar Ribeiro, ouvido pela reportagem publicada ontem, há a possibilidade de que parte do recurso do tesouro estadual seja de repasses federais e, por isso, a justificativa do governo de que vai comprar as vacinas com dinheiro da União.

Discussão

É sobre essa discussão que o grupo de trabalho criado pelo **TCE** deve se debruçar. Isso, porque há o entendimento de alguns especialistas de que se as vacinas forem adquiridas com dinheiro estadual, elas não podem ser rateadas com a União. O embate está no projeto aprovado na Assembleia. Para o presidente da Casa, Lissauer Vieira (PSB), o texto não especifica a fonte e, por isso, o Estado pode dizer de onde vai tirar o recurso para a compra.

"A constituição do grupo de trabalho levou em consideração a Lei estadual nº 20.969 de 25 de fevereiro de 2021, que autoriza ao Fundo Estadual de Saúde de crédito extraordinário no valor de R$ 60 milhões, com o objetivo de adquirir vacinas contra a Covid-19, e ainda o fato de que, antes mesmo da pandemia, o Estado de **Goiás** já se encontrava em sérias dificuldades fiscais e financeiras", diz nota do **TCE**, que diz ainda não ter relatórios.

A SES-GO foi procurada novamente, mas não respondeu à solicitação feita pelo POPULAR.

Compra de vacinas por empresas privadas vai à sanção

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o projeto que permite a compra de vacinas contra a Covid-19 pela iniciativa privada, desde que elas sejam autorizadas pela Anvisa e doadas integralmente ao SUS (Sistema Único de Saúde) para uso no Programa Nacional de Imunizações enquantogrupos prioritários estiverem sendo vacinados.

Quando acabar essa etapa, o setor privado poderá comprar, distribuir e administrar vacinas, mas deverá doar pelo menos metade ao SUS. O restante precisa ser utilizado de forma gratuita e não poderá ser comercializado.

O texto-base foi aprovado em votação simbólica, e os deputados rejeitaram sugestões de mudanças ao projeto. A proposta vai à sanção do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

"O nosso objetivo é acelerar a imunização da população brasileira e salvar vidas. Eu, como cidadão, não

quero saber se a vacina é federal, estadual ou municipal. O que eu quero é a cura para essa doença e que o País possa avançar, retomar a economia e gerar empregos", afirmou o relator do texto, o deputado Igor Timo (Podemos-MG). Ele não fez alterações ao projeto do Senado, de autoria do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

Segundo o texto aprovado, as vacinas compradas pela iniciativa privada poderão ser aplicadas em qualquer estabeledmen -to ou serviço de saúde que possua sala para aplicação de injetáveis autorizada pelo serviço de vigilância sanitária local.

INFORMAÇÕES

As empresas devem ainda fornecer ao Ministério da Saúde todas as informações relativas à com pra, incluindo os con -tratos de compra e doação, e à aplicação das vacinas contra a Covid-19.

" Depois do veto do Bolsonaro à MP1003 (deadesãoàCovax Fa-cility) tirando a possibilidade de aquisição de vacina por estados e municípios, o PL534é necessário", afirmou a deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS). "Muito grave o momento que estamos vivendo, pior momento da pandemia e vacinação devagar quase parando. Agora para nós é fundamental fortalecer o SUS, que deve comandar a vacinação." Talíria Petrone (RJ), líder do PSOL na Câmara, concorda.

"Nós entendemos que é preciso ampliar a compra e a oferta de vacinas num cenário que é o mais grave da pandemia desde o seu início. Esse projeto garante que estados e municípios possam ter autonomia para comprar essas vacinas. " Segundo o texto, durante a emergência declarada por causa da crise sanitária do novo coronavírus, União, estados e municípios podem comprar vacinas e assumir os riscos de responsabi -lidade civil da aquisição, desde que a Anvisa tenha dado registro ou autorização temporária de usoemergencial. (Folhapress)

Site: https://www.opopular.com.br/digital/03-marco-2021/1o-caderno

A história biografada

Lançada pela editora Kelps, obra assinada pelo jornalista Fleurymar de Souza mergulha na trajetória de Eurico Barbosa, uma das personalidades mais importantes da história goiana

A mãe estava aflita e não queria dar adeus ao pequeno Eurico. Picado por um escorpião, ela rezava para que o filho se recuperasse. A família, residente da cidade de Morrinhos, no interior goiano, preparava-se para realizar um sonho e tanto: o de dar estudo aos filhos. Então como aceitar o desengano da benzedeira, curandeiro, dono de farmácia e, claro, dos precários recursos daquele ano de 1936 sem se lembrar do que disse a parteira assim que o menino veio ao mundo? "Esse vai ser um grande homem".

Era um perigo a vida na roça e a família conviveu com isso até a véspera da partida. A mudança, difícil. Mas havia outra maneira de dar um futuro diferente ao de Aristides, seu pai e trabalhador braçal, em um quinhão de terra que nem era seu? O tempo foi passando, e os homens da cobra que visitavam a cidade comercializando garrafadas e outros produtos atraíam o centro das atenções manipulando uma jibóia. Quando as esperanças quase inexistiam, surgiu "O Homem Cobra" e seu remédio salvador.

A cena citada na abertura deste perfil, extraída de texto assinado pelo escritor Valterli Guedes que compõe a obra "Um Tribuno na História", lançada pelo jornalista Fleurymar de Souza pela editora Kelps, retrata os primeiros passos de Eurico Barbosa dos Santos antes de 1964, ano no qual o Brasil passara por turbulências sociais e políticas que culminaram no golpe civil-militar responsável por instaurar uma ditadura de 21 anos. Foi nessa época que Valterli conheceu o amigo que carinhosamente chama de "herói".

Advogado e bom orador, Eurico fora eleito vereador de Morrinhos em 1958. "Foi em Morrinhos que, exatamente graças ao brilho de sua oratória, foi designado para cumprir uma tarefa de que muito se arrependería pouco tempo depois: fazer a saudação, representando todos os apoiadores locais ao então candidato Jânio Quadros, durante comício da campanha presidencial de 1960", escreve Valterli, no texto "Meu Herói Eurico", em um estilo sóbrio a partir do qual documenta a história de **Goiás**.

Após o regime de exceção instaurado pela ditadura do Estado Novo, Eurico seguiu um caminho muito comum entre os jovens politizados do período: o de filiar-se à UDN. Anos depois dominada pela direita mais raivosa, diz Valterli, o movimento nasceu a partir de lideranças respeitáveis, e não de figuras golpistas como Carlos Lacerda. Segundo o escritor, Eurico se solidarizou ao então governador de **Goiás**, Mauro Borges, durante o processo que resultou na ditadura civil-militar, que durara de 1964 a 1985.

Em 1969, no seu 2o mandato de deputado estadual, Eurico teve seus direitos políticos cassados e suspensos por 10 anos, após o general Costa e Silva ter endurecido o regime com o Ato Institucional Número 5 (AI-5). Então se dedicou à advocacia e, convivendo com as restrições comuns às ditaduras, fez um pé de meia, comprou fazendas e conseguiu dar aos filhos acesso à educação sólida, voltando à política - após a abertura lenta, gradual e irrestrita - em 1982, como deputado estadual: reelegeu-se em 1986, presidiu a **Alego** e foi **conselheiro** do **TCE**, órgão no qual também esteve à frente.

Imprensa

A inquietação intelectual de Eurico Barbosa é vista há 15 anos nas páginas do caderno Opinião Pública deste Diário da Manhã.

Até pouco tempo, ele esbanjava fôlego para escrever toda semana dois artigos sobre temas diversos. Da economia à política, passando pela literatura ou esporte, nada passa despercebido pelas suas palavras certeiras e sua linguagem precisa -premissa básica de qualquer texto jornalístico. Eurico sempre teve gosto pela boa leitura: lia O Cruzeiro (histórica revista fundada por Assis Chateaubriand) e O Estado de S. Paulo na infância.

Antes de brilhar no DM, o jornalista trabalhou como repórter de política e esporte em O Popular. Foi um dos fundadores e o primeiro presidente da Associação dos Cronistas Desportivos do Estado de **Goiás** e encabeça

a batalha pela criação da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Morrinhos (Fedem). Escritor com vastas obras publicadas, assinou livros sobre Pedro Ludovico, Rui Barbosa e o Tribunal de Contas e o golpe civil-militar de 1964, além de títulos sobre a imprensa goiana.

"Vale destacar que do ano de 2002 a 2010, ele publicou nada menos que 500 artigos, percorrendo uma escala de temas abordados que vai do futebol à política; ultrapassa as fronteiras do Estado para focalizar questões nacionais e internacionais com fartas e bem embasadas argumentações", informa o biógrafo Fleurymar de Souza no capítulo "Nos jornais, o questionador" da obra "Um Tribuno na História".

Nascido em 3 de março de 1933, Eurico Barbosa é um dos intelectuais mais importantes de **Goiás** e seu legado precisa ser lembrado. Nesse sentido, a biografia "Um Tribuno na História" registra a luta pela democracia, o rigor intelectual e jornalístico dessa personalidade que faz tão bem em tempos obscurantistas. Aos 88 anos, Eurico chegou ao patamar daqueles que não terão suas vozes silenciadas. Lê-lo é dessas coisas que sempre serão bem--vindas. (Marcus Vinícius Beck)

"FOI EM MORRINHOS QUE, EXATAMENTE GRAÇAS AO BRILHO DE SUA ORATÓRIA, FOI DESIGNADO PARA CUMPRIR UMA TAREFA DE QUE MUITO SE ARREPENDERÍA POUCO TEMPO DEPOIS" - VALTERLI GUEDES, ESCRITOR

"VALE DESTACAR QUE DO ANO DE2002 A 2010, ELE PUBLICOU NADA MENOS QUE SOO ARTIGOS, PERCORRENDO UMA ESCALA DE TEMAS ABORDADOS QUE VAI DO FUTEBOL À POLÍTICA" - FLEURYMAR DE SOUZA, JORNALISTA

'Um Tribuno na História' Autor: Fleurymar de Souza Editora: Kelps Gênero: Biografia Avaliação: Excelente

Site: http://impresso.dm.com.br/edicao/20210302

Goinfra anuncia recapeamento da GO-213, entre Caldas Novas e Morrinhos

O presidente da **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra), Pedro Sales, anunciou, nesta quarta-feira (03/03), a ampliação das intervenções promovidas pelo Governo de **Goiás**, por meio da agência, na GO-213, na região das águas quentes. "Estamos fazendo o recapeamento no trecho de oito quilômetros, de trevo a trevo, entre Rio Quente e Caldas Novas. Em seguida, faremos mais 10 quilômetros, sentido de Caldas Novas a Morrinhos, melhorando todos os pontos críticos dessa rodovia", explicou, durante vistoria aos serviços em realização no primeiro trecho.

As frentes de serviço executam na GO-213 a aplicação de uma nova capa asfáltica, em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), material com maior durabilidade e qualidade. A princípio está sendo contemplado o trecho entre o entroncamento da GO-507 até o entroncamento com a GO-139.

Como anunciado pelo presidente da Goinfra, a obra seguirá na rodovia GO-213, no sentido Morrinhos. Serão mais 10 quilômetros de recapeamento para promover a melhoria em todos os pontos críticos. Posteriormente, os trechos também vão receber nova pintura de sinalização vertical e horizontal completas.

Duplicação

Pedro Sales também anunciou novidades quanto à duplicação da GO-213, no trecho de Morrinhos a Caldas Novas, uma reivindicação antiga dos usuários da região, que há cerca de nove anos aguardam a conclusão da obra. Em parceria do Fundo para o Desenvolvimento da Pecuária em **Goiás** (Fundepec), a atual gestão da Goinfra está superando os entraves burocráticos para atender à demanda.

O financiamento do projeto remanescente da conclusão da obra será doado pelo Fundepec e, a partir daí, a Goinfra poderá dar início a uma nova licitação para promover a duplicação da rodovia. "É muito duro vencer esses entraves, muitos processos de obras, como este, estão condenados pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**). Estamos enfrentando os problemas e reiniciando as ações com o nosso padrão de fiscalização, laboratório de qualidade para entregar o que a população espera e merece", finalizou Pedro Sales.

Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) - Governo de **Goiás**

Crédito: André Costa

Site: https://diariodeaparecida.com.br/goinfra-anuncia-recapeamento-da-go-213-entre-caldas-novas-e-morrinhos/

Recapeamento da GO-213, entre Caldas Novas e Morrinhos é anunciado pela Goinfra

Da Redação

O presidente da **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra), Pedro Sales, anunciou, nesta quarta-feira (03/03), a ampliação das intervenções promovidas pelo Governo de **Goiás**, por meio da agência, na GO-213, na região das águas quentes. "Estamos fazendo o recapeamento no trecho de oito quilômetros, de trevo a trevo, entre Rio Quente e Caldas Novas. Em seguida, faremos mais 10 quilômetros, sentido de Caldas Novas a Morrinhos, melhorando todos os pontos críticos dessa rodovia", explicou, durante vistoria aos serviços em realização no primeiro trecho.

As frentes de serviço executam na GO-213 a aplicação de uma nova capa asfáltica, em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), material com maior durabilidade e qualidade. A princípio está sendo contemplado o trecho entre o entroncamento da GO-507 até o entroncamento com a GO-139.

Como anunciado pelo presidente da Goinfra, a obra seguirá na rodovia GO-213, no sentido Morrinhos. Serão mais 10 quilômetros de recapeamento para promover a melhoria em todos os pontos críticos. Posteriormente, os trechos também vão receber nova pintura de sinalização vertical e horizontal completas.

Duplicação

Pedro Sales também anunciou novidades quanto à duplicação da GO-213, no trecho de Morrinhos a Caldas Novas, uma reivindicação antiga dos usuários da região, que há cerca de nove anos aguardam a conclusão da obra. Em parceria do Fundo para o Desenvolvimento da Pecuária em **Goiás** (Fundepec), a atual gestão da Goinfra está superando os entraves burocráticos para atender à demanda.

O financiamento do projeto remanescente da conclusão da obra será doado pelo Fundepec e, a partir daí, a Goinfra poderá dar início a uma nova licitação para promover a duplicação da rodovia. "É muito duro vencer esses entraves, muitos processos de obras, como este, estão condenados pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**). Estamos enfrentando os problemas e reiniciando as ações com o nosso padrão de fiscalização, laboratório de qualidade para entregar o que a população espera e merece", finalizou Pedro Sales.

Site: http://www.ohoje.com/noticia/cidades/n/186574/t/recapeamento-da-go-213-entre-caldas-novas-e-morrinhos-e-anunciado-pela-goinfra

Trecho da GO-213 entre Caldas Novas e Morrinhos será recapeado

A Redação

Goiânia - A **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra) anunciou nesta quarta-feira (03/3) que vai recapear o trecho da GO-213 entre Caldas Novas e Morrinhos. A notícia foi divulgada pelo presidente da Goinfra, Pedro Sales, durante vistoria às obras em execução no trecho entre Caldas Novas e Rio Quente.

"Estamos fazendo o recapeamento no trecho de oito quilômetros, de trevo a trevo, entre Rio Quente e Caldas Novas. Em seguida, faremos mais 10 quilômetros, sentido de Caldas Novas a Morrinhos, melhorando todos os pontos críticos dessa rodovia", prometeu Sales.

A princípio está sendo contemplado o trecho entre o entroncamento da GO-507 até o entroncamento com a GO-139. Posteriormente, os trechos também vão receber nova pintura de sinalização vertical e horizontal completas.

Duplicação

A obra de duplicação entre Caldas Novas e Morrinhos deve ser concluída em parceria com o Fundo para o Desenvolvimento da Pecuária em **Goiás** (Fundepec), que vai financiar o resto da obra. A partir daí, a Goinfra poderá dar início a uma nova licitação para promover a duplicação da rodovia. "É muito duro vencer esses entraves, muitos processos de obras, como este, estão condenados pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**). Estamos enfrentando os problemas e reiniciando as ações com o nosso padrão de fiscalização, laboratório de qualidade para entregar o que a população espera e merece", finalizou Sales.

Site: https://www.aredacao.com.br/noticias/147330/trecho-da-go-213-entre-caldas-novas-e-morrinhos-sera-recapeado

Lissauer vê abertura para distribuição direta de vacinas adquiridas pelo estado

O presidente da **Assembleia Legislativa de Goiás** (**Alego**), Lissauer Vieira (PSB) , avalia que há possibilidade de distribuição direta de eventuais vacinas adquiridas pelo estado para a população goiana. Segundo o parlamentar, a lei aprovada na casa para abrir crédito extraordinário de R$ 60 milhões deixa em aberto de onde viria os recursos para aquisição dos imunizantes.

Há, entretanto, uma certa polêmica no ar, já que o governador Ronaldo Caiado (DEM) declarou que não irá romper com o Plano Nacional de Imunização. Por outro lado, deputados viram a afirmação com pé atrás, já que se empenharam em aprovar a a matéria do governo sem grandes entraves.

Lissauer aponta que se o recurso de R$ 60 milhões vier do governo federal, não há o que contestar: as vacinas seriam redistribuídas via Plano Nacional de Imunização . O que é confirmado pela Secretaria de Estado da Saúde (SES). Assim, de acordo com a distribuição coordenada pelo Ministério da Saúde, **Goiás** tem direito a 3,33% dos imunizantes, referentes ao percentual da população do estado.

Há ainda a possibilidade cogitada pelo secretário de Saúde, Ismael Alexandrino, de liberação de recursos próprios da pasta de R$ 60 milhões para a compra da mesma quantidade de doses liberadas pela Assembleia.

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) instituiu um grupo de trabalho justamente para avaliar o destino das vacinas adquiridas diretamente pelo governo goiano.

"Temos que avaliar duas coisas: a lei aprovada não especifica a fonte do recurso e onde tem vacina comprar", indaga Lissauer.

Site: https://www.emaisgoias.com.br/lissauer-ve-abertura-para-distribuicao-direta-de-vacinas-adquiridas-pelo-estado/

Goinfra anuncia recapeamento da GO-213, entre Caldas Novas e Morrinhos

O presidente da **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra), Pedro Sales, anunciou, nesta quarta-feira (03/03), a ampliação das intervenções promovidas pelo Governo de **Goiás**, por meio da agência, na GO-213, na região das águas quentes. "Estamos fazendo o recapeamento no trecho de oito quilômetros, de trevo a trevo, entre Rio Quente e Caldas Novas. Em seguida, faremos mais 10 quilômetros, sentido de Caldas Novas a Morrinhos, melhorando todos os pontos críticos dessa rodovia", explicou, durante vistoria aos serviços em realização no primeiro trecho.

As frentes de serviço executam na GO-213 a aplicação de uma nova capa asfáltica, em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), material com maior durabilidade e qualidade. A princípio está sendo contemplado o trecho entre o entroncamento da GO-507 até o entroncamento com a GO-139.

Como anunciado pelo presidente da Goinfra, a obra seguirá na rodovia GO-213, no sentido Morrinhos. Serão mais 10 quilômetros de recapeamento para promover a melhoria em todos os pontos críticos. Posteriormente, os trechos também vão receber nova pintura de sinalização vertical e horizontal completas.

Duplicação

Pedro Sales também anunciou novidades quanto à duplicação da GO-213, no trecho de Morrinhos a Caldas Novas, uma reivindicação antiga dos usuários da região, que há cerca de nove anos aguardam a conclusão da obra. Em parceria do Fundo para o Desenvolvimento da Pecuária em **Goiás** (Fundepec), a atual gestão da Goinfra está superando os entraves burocráticos para atender à demanda.

O financiamento do projeto remanescente da conclusão da obra será doado pelo Fundepec e, a partir daí, a Goinfra poderá dar início a uma nova licitação para promover a duplicação da rodovia. "É muito duro vencer esses entraves, muitos processos de obras, como este, estão condenados pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**). Estamos enfrentando os problemas e reiniciando as ações com o nosso padrão de fiscalização, laboratório de qualidade para entregar o que a população espera e merece", finalizou Pedro Sales.

Fonte: Goinfra

Site: https://agenciacoradenoticias.go.gov.br/noticias/122-últimas-notícias/125624-goinfra-anuncia-recapeamento-da-go-213,-entre-caldas-novas-e-morrinhos.html

Lissauer vê possibiidade de vacinas adquiridas pelo governo goiano serem usadas integralmente no estado

O presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB), analisa que há possibilidade de distribuição direta de eventuais vacinas adquiridas pelo governo de **Goiás**. Segundo ele a lei aprovada na casa para abrir crédito extraordinário de R$ 60 milhões deixa em aberto de onde viria os recursos para aquisição dos imunizantes.

Há polêmica levantada porvdeclaração do governador Ronaldo Caiado (DEM), que disse não irá romper com o Plano Nacional de Imunização. Os deputados reagiram negativamenteao posicionamento de Caiado, uma vez que se empenharam em aprovar a a autorixação de gastos de R$ 60 milhões para aquisição de imunizantes pelo governo em tempo recorde.

Lissauer aponta que se a verba de R$ 60 milhões vier do governo federal, não há o que contestar: as vacinas seriam redistribuídas via Plano Nacional de Imunização. O que é confirmado pela secretaria estadual da Saúde (SES). Assim, de acordo com a distribuição coordenada pelo Ministério da Saúde, **Goiás** tem direito a 3,33% dos imunizantes, referentes ao percentual da população do estado.

Há ainda a hipótese cogitada pelo secretário de Saúde, Ismael Alexandrino, de liberação de recursos próprios da pasta de R$ 60 milhões para a compra da mesma quantidade de doses liberadas pela Assembleia.

"Temos que avaliar duas coisas: a lei aprovada não especifica a fonte do recurso e onde tem vacina paea comprar", observa Lissauer.

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) instituiu um grupo de trabalho justamente para avaliar o destino das vacinas adquiridas diretamente pelo governo goiano.

Site: https://goias24horas.com.br/162700-lissauer-ve-possibiidade-de-vacinas-adquiridas-pelo-governo-goiano-seja-usadas-integralmente-no-estado/

Cobrança de multa e de débitos regulamentada no TCE-GO.

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) regulamentou os procedimentos de controle e acompanhamento do cumprimento das decisões que resultem em aplicação de multa e imputação de débitos aos órgãos fiscalizados, bem como o processamento da atualização monetária e dos juros de mora, se for o caso, dos valores da dívida. A medida foi aprovada por meio da Resolução Normativa nº 01/2021, relatada pelo **conselheiro Celmar Rech** e aprovada na sessão plenária virtual concluída na última quinta-feira, com publicação no Diário Eletrônico de Contas.

A normativa estabelece que o percentual aplicado para as multas deve incidir sobre o valor de referência à época da publicação do respectivo acórdão. Também ficou definido que os débitos referentes a ressarcimentos ao erário deverão ser recolhidos diretamente na conta do Tesouro Estadual, através de Documento de Arrecadação Estadual (DARE), disponibilizado no endereço eletrônico da Secretaria da Economia.

Publicado em 03/03/2021

Site: https://goiasemcena.com.br/cobranca-de-multa-e-de-debitos-regulamentada-no-tce-go/

Goinfra anuncia recapeamento da GO-213, entre Caldas Novas e Morrinhos

Jornal Comunidade em Destaque

O presidente da **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra), Pedro Sales, anunciou, nesta quarta-feira (03/03), a ampliação das intervenções promovidas pelo Governo de **Goiás**, por meio da agência, na GO-213, na região das águas quentes. "Estamos fazendo o recapeamento no trecho de oito quilômetros, de trevo a trevo, entre Rio Quente e Caldas Novas. Em seguida, faremos mais 10 quilômetros, sentido de Caldas Novas a Morrinhos, melhorando todos os pontos críticos dessa rodovia", explicou, durante vistoria aos serviços em realização no primeiro trecho.

As frentes de serviço executam na GO-213 a aplicação de uma nova capa asfáltica, em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), material com maior durabilidade e qualidade. A princípio está sendo contemplado o trecho entre o entroncamento da GO-507 até o entroncamento com a GO-139.

Como anunciado pelo presidente da Goinfra, a obra seguirá na rodovia GO-213, no sentido Morrinhos. Serão mais 10 quilômetros de recapeamento para promover a melhoria em todos os pontos críticos. Posteriormente, os trechos também vão receber nova pintura de sinalização vertical e horizontal completas.

Duplicação

Pedro Sales também anunciou novidades quanto à duplicação da GO-213, no trecho de Morrinhos a Caldas Novas, uma reivindicação antiga dos usuários da região, que há cerca de nove anos aguardam a conclusão da obra. Em parceria do Fundo para o Desenvolvimento da Pecuária em **Goiás** (Fundepec), a atual gestão da Goinfra está superando os entraves burocráticos para atender à demanda.

O financiamento do projeto remanescente da conclusão da obra será doado pelo Fundepec e, a partir daí, a Goinfra poderá dar início a uma nova licitação para promover a duplicação da rodovia. "É muito duro vencer esses entraves, muitos processos de obras, como este, estão condenados pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**). Estamos enfrentando os problemas e reiniciando as ações com o nosso padrão de fiscalização, laboratório de qualidade para entregar o que a população espera e merece", finalizou Pedro Sales.

Site: https://jornalcomunidadeemdestaque.com/goinfra-anuncia-recapeamento-da-go-213-entre-caldas-novas-e-morrinhos/

MPF Goiás compartilha Nota Técnica sobre assistência integral a pacientes de Covid-19

O Ministério Público Federal (MPF) em Goiás compartilhou, nesta terça-feira (2), a Nota Técnica n° 1/2021 (NT) intitulada "As evidências científicas acerca do atendimento integral das pessoas acometidas com a Covid-19: o estado da arte atual, com ênfase no tratamento na fase inicial (replicação viral) da doença". O documento foi encaminhado a diversos órgãos e instituições que têm alguma responsabilidade no enfrentamento à pandemia do novo coronavírus.

A NT é assinada pelos médicos infectologistas Ricardo Ariel Zimerman e Francisco Eduardo Cardoso Alves; pela biomédica Rute Alves Pereira e Costa; e pelo psicólogo Bruno Campello de Souza. O documento, de 117 páginas, baseia-se em evidências científicas que possibilitam a indicação de terapia farmacológica segura e eficaz para a Covid-19, com vistas à rápida redução da carga viral e dos marcadores inflamatórios, o que é, segundo a nota, o principal objetivo do tratamento inicial. De acordo com os especialistas, tais medidas reduzem a duração de sintomas, dias de internação e mortalidade.

De acordo com o procurador da República Ailton Benedito, que solicitou o estudo para embasar procedimento administrativo em curso no MPF em Goiás , a necessidade de atualização e adequação das medidas de enfrentamento à doença é primordial. Em reuniões institucionais realizadas recentemente com diversas autoridades do Estado de Goiás, o procurador chamou a atenção para o fato de que o estabelecimento de medidas farmacológicas e não farmacológicas no tratamento da doença devem passar por processos sistemáticos de revisão e atualização para que se adaptem à própria evolução da pandemia.

Benedito voltou a destacar que não existe conflito entre tratamento inicial, intermediário ou retardatário. Para ele, o ideal é que o paciente receba dos serviços de saúde, públicos ou privados, em qualquer estágio da doença, o tratamento adequado de acordo com o "estado atual da arte", isto é, conforme o conhecimento médico-científico, atualizado sistematicamente, sobre o vírus, as doenças que ele causa e as possibilidades terapêuticas.

Para os especialistas que assinam a NT, devido à emergência imposta pela atual pandemia - e considerando a demora para as publicações em periódicos "revisados por pares" -, decidiu-se, da mesma forma que as grandes revistas científicas o fazem, incluir no documento encaminhado ao MPF em Goiás as evidências oriundas dos estudos em preprint para realizar recomendações terapêuticas em caráter emergencial. Esses estudos tendem a agilizar a disseminação rápida de dados atuais de pesquisa e podem ser de grande valia em uma pandemia como a que enfrentamos. "Do ponto de vista ético, cabe ressaltar que o emprego de medicações já aprovadas para uso em outras indicações (redirecionamento) é particularmente útil durante a situação atual, pois, além de estes fármacos serem prontamente disponíveis, as décadas de uso clínico comprovadamente seguro fazem com que se atenda ao preceito básico de primeiramente não causar o mal ", explicam os profissionais.

A NT traz, inclusive, estudos feitos no Brasil e no mundo sobre a dinâmica de protocolos de tratamento inicial da doença por meio de recursos farmacológicos já conhecidos pela sua eficácia no tratamento de outras enfermidades e que podem contribuir, se usados adequadamente, no combate aos sintomas iniciais da Covid-19. O estudo foi encaminhado pelo MPF em Goiás aos seguintes órgãos e instituições: Conselho Nacional do Ministério Público, Defensoria Pública da União em Goiás, **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, Ministério Público de Contas do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás, Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás, Ministério Público do Estado de Goiás, Ministério Público do Trabalho em Goiás, Justiça Federal em Goiás, Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, Governo do Estado de Goiás e a 117 Municípios sob a área de atuação da Procuradoria da República em Goiás (clique aqui e veja o modelo de ofício aos Municípios).

Íntegra da Nota Técnica n°1/2021.

Site: https://patosagora.net/noticia/mpf-goias-compartilha-nota-tecnica-sobre-assistencia-integral-a-pacientes-de-covid-19

Goinfra anuncia recapeamento da GO-213, entre Caldas Novas e Morrinhos

Josiel Ferreira

Ao vistoriar obras em execução na mesma rodovia, de Caldas Novas a Rio Quente, presidente Pedro Sales determinou ampliação das intervenções da agência na região das águas termais. "Vamos promover melhorias em todos os pontos críticos dessa via", assegura

O presidente da **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra), Pedro Sales, anunciou, nesta quarta-feira (03/03), a ampliação das intervenções promovidas pelo Governo de **Goiás**, por meio da agência, na GO-213, na região das águas quentes. "Estamos fazendo o recapeamento no trecho de oito quilômetros, de trevo a trevo, entre Rio Quente e Caldas Novas. Em seguida, faremos mais 10 quilômetros, sentido de Caldas Novas a Morrinhos, melhorando todos os pontos críticos dessa rodovia", explicou, durante vistoria aos serviços em realização no primeiro trecho.

As frentes de serviço executam na GO-213 a aplicação de uma nova capa asfáltica, em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), material com maior durabilidade e qualidade. A princípio está sendo contemplado o trecho entre o entroncamento da GO-507 até o entroncamento com a GO-139.

Como anunciado pelo presidente da Goinfra, a obra seguirá na rodovia GO-213, no sentido Morrinhos. Serão mais 10 quilômetros de recapeamento para promover a melhoria em todos os pontos críticos. Posteriormente, os trechos também vão receber nova pintura de sinalização vertical e horizontal completas.

Duplicação

Pedro Sales também anunciou novidades quanto à duplicação da GO-213, no trecho de Morrinhos a Caldas Novas, uma reivindicação antiga dos usuários da região, que há cerca de nove anos aguardam a conclusão da obra. Em parceria do Fundo para o Desenvolvimento da Pecuária em **Goiás** (Fundepec), a atual gestão da Goinfra está superando os entraves burocráticos para atender à demanda.

O financiamento do projeto remanescente da conclusão da obra será doado pelo Fundepec e, a partir daí, a Goinfra poderá dar início a uma nova licitação para promover a duplicação da rodovia. "É muito duro vencer esses entraves, muitos processos de obras, como este, estão condenados pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**). Estamos enfrentando os problemas e reiniciando as ações com o nosso padrão de fiscalização, laboratório de qualidade para entregar o que a população espera e merece", finalizou Pedro Sales.

Crédito: André Costa/**Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra) - Governo de **Goiás**

Site: https://www.tudooknoticias.com.br/noticias/mundo/goinfra-anuncia-recapeamento-da-go-213-entre-caldas-novas-e-morrinhos/

TCE acompanha aquisição de vacinas pelo governo de Goiás

Elisama Ximenes

O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**) instituiu, na segunda-feira, um grupo de trabalho para acompanhar as medidas de combate à Covid-19 no Estado e, em especial, a compra de vacinas pelo governo. A criação do grupo foi oficializada pelo presidente da Casa, **conselheiro Edson Ferrari**, por meio da Portaria 108 de 2021.

De acordo com o tribunal, o objetivo é verificar as ações governamentais e orientar "quanto à observância de parâmetros legais extraordinários em face da declaração de pandemia, bem como verificando os atos referentes à execução de despesas públicas relacionadas às ações da Campanha Nacional de Imunização contra a Covid-19."

O tribunal quer checar se as despesas relacionadas à compra das vacinas estão respeitando os "aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e efetividade". A ideia é que o grupo atue enquanto durar a campanha de imunização no Estado.

A criação do grupo ocorreu no mesmo dia em que o deputado estadual Delegado Eduardo Prado (DC) anunciou a apresentação de um projeto de lei para que todos os imunizantes comprados com recursos estaduais sejam aplicados na população goiana. Isso, porque o governador Ronaldo Caiado (DEM) disse recentemente que **Goiás** só ficaria com 3,33% das vacinas compradas. Segundo ele, o restante será repassado para o Governo Federal repartir proporcionalmente entre os Estados.

A fala do democrata gerou controvérsia entre deputados estaduais, que tinham aprovado em regime de urgência um projeto de lei do Executivo para liberar R$ 60 milhões em créditos para compra de vacinas pela Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO). Eduardo Prado chegou a apresentar representação na Procuradoria-Geral de Justiça de **Goiás** para que os imunizantes comprados com esse recurso não sejam enviados para a União. O argumento dele é de que no projeto há a especificação de que o dinheiro aprovado para a compra tem fonte no tesouro estadual.

A SES, porém, em nota, informou que os imunizantes serão comprados com recursos federais. Para o especialista em direito administrativo, Juscimar Ribeiro, ouvido pela reportagem publicada ontem, há a possibilidade de que parte do recurso do tesouro estadual seja de repasses federais e, por isso, a justificativa do governo de que vai comprar as vacinas com dinheiro da União.

Discussão

É sobre essa discussão que o grupo de trabalho criado pelo **TCE** deve se debruçar. Isso, porque há o entendimento de alguns especialistas de que se as vacinas forem adquiridas com dinheiro estadual, elas não podem ser rateadas com a União. O embate está no projeto aprovado na Assembleia. Para o presidente da Casa, Lissauer Vieira (PSB), o texto não especifica a fonte e, por isso, o Estado pode dizer de onde vai tirar o recurso para a compra.

"A constituição do grupo de trabalho levou em consideração a Lei estadual nº 20.969 de 25 de fevereiro de 2021, que autoriza ao Fundo Estadual de Saúde de crédito extraordinário no valor de R$ 60 milhões, com o objetivo de adquirir vacinas contra a Covid-19, e ainda o fato de que, antes mesmo da pandemia, o Estado de **Goiás** já se encontrava em sérias dificuldades fiscais e financeiras", diz nota do **TCE**, que diz ainda não ter relatórios.

A SES-GO foi procurada novamente, mas não respondeu à solicitação feita pelo POPULAR.

Site: https://www.opopular.com.br/noticias/politica/tce-acompanha-aquisi%C3%A7%C3%A3o-de-vacinas-pelo-governo-de-goi%C3%A1s-1.2206477